



DE 18 A 22 JULHO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 289/XIII](#)

Clarifica a neutralidade fiscal em sede de terapêuticas não convencionais, através da primeira alteração à Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, do enquadramento base das terapêuticas não convencionais e à Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, relativamente ao exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 291/XIII](#)

Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 292/XIII](#)

Cria o Estatuto dos Territórios de Baixa Densidade

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 293/XIII](#)

Altera o Código do IVA, com o intuito de isentar as prestações de serviços efetuadas no exercício das profissões no âmbito das terapêuticas não convencionais

Autoria: CDS-PP

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 33/XIII](#)

Primeira alteração ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, aprovado em anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto

[Decreto da Assembleia 34/XIII](#)

Aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população

[Decreto da Assembleia 35/XIII](#)

Primeira alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que “estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis n.ºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio”

[Decreto da Assembleia 36/XIII](#)

Cria um regime de reembolso de impostos sobre combustíveis para as empresas de transportes de mercadorias, alterando o Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, e o Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho

[Decreto da Assembleia 37/XIII](#)

Regula o acesso à gestação de substituição, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida)

 **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

[Portaria n.º 194/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Finanças

Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças e da Administração Pública e revoga a [Portaria n.º 20/2015](#), de 4 de fevereiro

 **CONCORRÊNCIA**

[Comunicado 15/2016 - AdC apresenta Recomendações para o Transporte de Passageiros em Veículos Ligeiros com Motorista](#)

A Autoridade da Concorrência apresentou o relatório que identifica os principais constrangimentos à concorrência no transporte de passageiros em veículos ligeiros com motorista e emite um conjunto de recomendações destinadas a promover a concorrência neste setor.

 **CUIDADORES INFORMAIS – ESTATUTO**

[Resolução da Assembleia da República n.º 129/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a criação do estatuto do cuidador informal

[Resolução da Assembleia da República n.º 130/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo medidas de apoio aos cuidadores informais e a aprovação do seu estatuto

[Resolução da Assembleia da República n.º 134/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a tomada de medidas de apoio a cuidadores informais, bem como a criação do estatuto do cuidador informal

[Resolução da Assembleia da República n.º 135/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo o reforço dos apoios aos cuidadores informais

[Resolução da Assembleia da República n.º 136/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a criação do estatuto do cuidador informal

 **DESPORTO**

[Parecer n.º 9/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série II de 2016-07-18](#)

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Competências do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol

EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 199-A/2016 - Diário da República n.º 138/2016, 1.º Suplemento, Série I de 2016-07-20](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privados para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2016-2017

[Portaria n.º 199-B/2016 - Diário da República n.º 138/2016, 1.º Suplemento, Série I de 2016-07-20](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2016-2017

EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS

[Lei n.º 21/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Assembleia da República

Salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras, alterando o prazo estabelecido no [Decreto-Lei n.º 165/2014](#), de 5 de novembro

EXPROPRIAÇÕES

[Acórdão n.º 393/2016 - Diário da República n.º 140/2016, Série II de 2016-07-22](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 5.º, n.º 4, alínea a), do Código das Expropriações de 1991, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de novembro, na interpretação segundo a qual o direito de reversão cujo pedido é formulado após o início da vigência do referido Código cessa, em virtude de prescrição, decorridos que sejam 20 anos sobre a data da adjudicação, ainda que esta tenha ocorrido na vigência de lei anterior

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística: Balança de pagamentos - maio de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística: Endividamento do setor não financeiro - maio de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística: Financiamento das administrações públicas - maio de 2016](#)

[Boletim Estatístico - julho 2016](#)

[Intervenção inicial do Governador Carlos da Silva Costa na Audição anual na Comissão de Orçamento e Finanças e Modernização Administrativa](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Regulamento da CMVM n.º 2/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série II de 2016-07-18](#)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Reclamações e resolução de conflitos

[CMVM proferiu decisão em 11 processos de contraordenação no 2º trimestre de 2016](#)

[Indicadores de síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - junho 2016](#)

[Consulta pública do projeto de regulamento relativo aos deveres de reporte dos peritos avaliadores de imóveis](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Declaração de Retificação n.º 740/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série II de 2016-07-19](#)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Declaração de Retificação da Norma Regulamentar n.º 4/2016-R, de 12 de maio, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 31 de maio de 2016

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Declaração de Retificação n.º 741/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série II de 2016-07-19](#)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Declaração de Retificação da Norma Regulamentar n.º 5/2016-R, de 12 de maio, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 31 de maio de 2016

[Declaração de Retificação n.º 752/2016 - Diário da República n.º 138/2016, Série II de 2016-07-20](#)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Declaração de Retificação da Norma Regulamentar n.º 3/2016-R, de 12 de maio, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 31 de maio de 2016

[Evolução da Atividade Seguradora – 1.º Semestre de 2016](#)

A produção de seguro direto relativa à atividade em Portugal das empresas de seguros sob a supervisão da ASF registou, no 1.º trimestre de 2016, uma diminuição de 27,6% face ao período homólogo do ano anterior, situando-se em cerca de 2,64 mil milhões de euros.

Neste contexto, realça-se o crescimento de 5% verificado em Não Vida, para o qual contribuiu de forma significativa o acréscimo de 13,1% em Acidentes de Trabalho.

Em março de 2016, os rácios de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) e do Requisito de Capital Mínimo (MCR) situaram-se em 119% e 355%, respetivamente.

 **FISCAL**

[Portaria n.º 201/2016 - Diário da República n.º 139/2016, Série I de 2016-07-21](#)

Finanças e Administração Interna

Altera a [Portaria n.º 1334-A/2010](#), de 31 de dezembro, que fixa o valor das taxas a cobrar pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)

[Decreto do Presidente da República n.º 35/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18](#)

Presidência da República

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino da Arábia Saudita para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 8 de abril de 2015

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Decreto do Presidente da República n.º 36/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18](#)

Presidência da República

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e o Sultanato de Omã para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 28 de abril de 2015

[Resolução da Assembleia da República n.º 127/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18](#)

Assembleia da República

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino da Arábia Saudita para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 8 de abril de 2015

[Resolução da Assembleia da República n.º 128/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18](#)

Assembleia da República

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Sultanato de Omã para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 28 de abril de 2015

 **JOGO**

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 11/2016 - Diário da República n.º 138/2016, Série I de 2016-07-20](#)

Supremo Tribunal de Justiça

«Em caso de arquivamento do inquérito, cabe ao juiz de instrução, nos termos do artigo 116.º, da lei do jogo ([Decreto-Lei n.º 422/89](#), de 02.12, alterado pelo [Decreto-Lei n.º 10/95](#), de 19.01, pela [Lei n.º 28/2004](#), de 16.07, pelo [Decreto-Lei n.º 40/2005](#), de 17.02, pela [Lei n.º 64-A/2008](#), de 31.12, e pelo [Decreto-Lei n.º 114/2011](#), de 30.11), declarar perdido a favor do Estado e mandar destruir o material e utensílios de jogo.»

 **JOGOS SOCIAIS**

[Portaria n.º 193/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18](#)

Saúde

Altera o artigo 2.º da [Portaria n.º 37/2016](#), de 4 de março, que fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais, atribuídos ao Ministério da Saúde

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

NACIONALIDADE

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Na ação administrativa de oposição à aquisição de nacionalidade portuguesa, a propor ao abrigo do disposto nos arts. 09.º, alínea a) e 10.º da [Lei n.º 37/81](#), de 03 de outubro [Lei da Nacionalidade] na redação que lhe foi introduzida pela [Lei Orgânica n.º 2/2006](#), de 17 de abril, cabe ao Ministério Público o ónus de prova dos fundamentos da inexistência de ligação efetiva à comunidade nacional

PORTAGENS

[Portaria n.º 196/2016 - Diário da República n.º 138/2016, Série I de 2016-07-20](#)

Finanças e Planeamento e das Infraestruturas

Estabelece o regime complementar de redução das taxas de portagem a praticar nos lanços e sublanços de várias autoestradas e procede ao alargamento do regime de modulação horária e de descontos especiais

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Presidente da República declara-se contrário à realização de referendos sobre a pertença à União Europeia](#)

Na sessão de abertura da Grande Conferência sobre Europa, no Pátio da Galé em Lisboa, o Presidente da República mostrou-se contrário à realização de referendos sobre a pertença à União Europeia ou a vinculação a tratados ou pactos celebrados no quadro europeu.

SAÚDE / LIFE SCIENCES

[Portaria n.º 195/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Saúde

Altera os artigos 4.º («Deveres e obrigações do Centro de Referência») e 12.º («Centro Afiliado do Centro de Referência») da [Portaria n.º 194/2014](#), de 30 de setembro (estabelece o conceito, o processo de identificação, aprovação e reconhecimento dos Centros de Referência Nacionais para a prestação de cuidados de saúde, designadamente para diagnóstico e tratamento de doenças raras)

[Despacho n.º 9253/2016 - Diário da República n.º 138/2016, Série II de 2016-07-20](#)

Saúde - Gabinete do Ministro

Cria, na dependência do Ministro da Saúde, a Comissão de Acompanhamento SIMPLEX no Ministério da Saúde

 **SETOR CINEMATOGRAFICO**

[Aviso n.º 79/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que o Governo da República Portuguesa comunicou que se encontram preenchidos os requisitos nacionais necessários para a entrada em vigor do Acordo de alteração do Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federal da Alemanha sobre as relações no setor cinematográfico, celebrado por troca de notas ocorrida em Lisboa, a 27 de maio de 2015

 **TABACO**

[Portaria n.º 200/2016 - Diário da República n.º 139/2016, Série I de 2016-07-21](#)

Finanças

Portaria que determina o fator de majoração aplicável à quantidade mensal do tabaco manufacturado introduzido no consumo para efeitos das regras de condicionamento previstas no artigo 106.º do CIEC

 **TMT**

ANACOM

[Deliberação n.º 1147/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série II de 2016-07-19](#)

Autoridade Nacional de Comunicações

Alteração da delegação de Poderes do Conselho de Administração no Vogal do Conselho

[Novas regras sobre fidelizações entraram em vigor](#)

A 17.07.2016 foi reforçada a proteção dos consumidores que celebrem contratos de comunicações com períodos de fidelização.
18.07.2016 - Atualizado em 19.07.2016

[VoIP - Encerramento da consulta sobre implementação da Posição Comum do ERG](#)

Aprovado o relatório da consulta e o início do procedimento elaboração Regulamento por decisão de 14.07.2016.
19.07.2016

[Início de procedimento de elaboração de Regulamento visando a fixação de regras de utilização de números geográficos e móveis em situação de nomadismo](#)

Contributos e sugestões podem ser enviados até 17.08.2016.
19.07.2016

[Aprovação do Regulamento sobre a informação pré-contratual e contratual no âmbito das comunicações eletrónicas](#)

Decisão da ANACOM de 14.07.2016.
22.07.2016

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Início do procedimento de elaboração de um Regulamento sobre prestação de informação de natureza estatística - prorrogação do prazo para envio de contributos](#)

ANACOM aprova prorrogação do prazo para envio de contributos e sugestões até 01.08.2016.
22.07.2016



RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A](#), de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

[Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2016/A - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Terceira alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2014/A](#), de 23 de setembro, que regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local

[Decreto Legislativo Regional n.º 14/2016/A - Diário da República n.º 140/2016, Série I de 2016-07-22](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Apoios a conceder no âmbito das reformas antecipadas na Região Autónoma dos Açores



RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 30/2016/M - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Adapta à Região Autónoma da Madeira, o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 10/2015](#), de 16 de janeiro

[Decreto Legislativo Regional n.º 31/2016/M - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Segunda alteração do [Decreto Legislativo Regional n.º 6/2005/M](#), de 1 de junho, que estabelece o regime a que deve obedecer a cooperação técnica e financeira entre a administração pública regional da Região Autónoma da Madeira e as autarquias locais situadas na Região, associações de freguesias e de municípios e empresas de âmbito intermunicipal

[Decreto Legislativo Regional n.º 32/2016/M - Diário da República n.º 138/2016, Série I de 2016-07-20](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Estabelece, para a Região Autónoma da Madeira, o Plano Regional de Promoção da Acessibilidade

[Decreto Legislativo Regional n.º 33/2016/M - Diário da República n.º 138/2016, Série I de 2016-07-20](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 3/2001/M](#), de 22 de fevereiro, que define o regime de redução das taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, previstas no CIRS, aplicável aos residentes na Região Autónoma da Madeira

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 32/2016/M - Diário da República n.º 138/2016, Série I de 2016-07-20](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo Regional a interação do serviço de teleassistência no plano de envelhecimento ativo

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ATOS LEGISLATIVOS

Fiscal

Diretiva (UE) 2016/1164 do Conselho, de 12 de julho de 2016, que [estabelece regras contra as práticas de elisão fiscal que tenham incidência direta no funcionamento do mercado interno](#)

Redes / Sistemas e Serviços de Informação

Diretiva (UE) 2016/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a [medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União](#)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Financeiro

Regulamento Delegado (UE) 2016/1178 da Comissão, de 10 de junho de 2016, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às normas técnicas de regulamentação relativas à obrigação de compensação](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Decisão (UE) 2016/1171 do Conselho, de 12 de julho de 2016, relativa à [posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE sobre as alterações do anexo IX \(Serviços financeiros\) do Acordo EEE](#)

Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2016/1178 da Comissão, de 10 de junho de 2016, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às normas técnicas de regulamentação relativas à obrigação de compensação](#) (JO L 195 de 20.7.2016)

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Auxílio Estatal

[Comunicação da Comissão sobre a noção de auxílio estatal nos termos do artigo 107.o, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia](#)

Energia

[Relatório Especial n.º 18/2016 — «O sistema da UE para a certificação de biocombustíveis sustentáveis»](#)

Financeiro

[Decisão da Autoridade Bancária Europeia que confirma que as avaliações de crédito não solicitadas de certas agências de notação externas \(ECAI\) não diferem qualitativamente das avaliações de crédito solicitadas dessas ECAI](#)



COMISSÃO EUROPEIA

[Cumprimento do direito da UE por parte dos Estados-Membros melhora, mas ainda há trabalho pela frente para desencadear o pleno potencial do mercado único](#)

A Comissão Europeia reiterou o seu compromisso de assegurar a aplicação efetiva de toda a legislação europeia e, em especial, a que respeita ao maior mercado único do mundo de 500 milhões de cidadãos.

[A Comissão Europeia apresenta um novo conjunto de medidas de apoio no valor de 500 milhões de EUR a favor dos agricultores europeus](#)

Este conjunto exaustivo de medidas de apoio comprova uma vez mais o constante empenho da Comissão no setor agrícola em toda a UE.

[União da Energia e ação climática: Promover a transição da Europa para uma economia hipocarbónica](#)

A Comissão apresenta hoje um pacote de medidas destinadas a acelerar a transição da Europa para uma economia em que todos os setores apresentem baixas emissões de carbono.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Destacamento de trabalhadores: Comissão discute preocupações dos parlamentos nacionais](#)

A proposta de revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores não viola o princípio da subsidiariedade

[Debate de orientação do Colégio sobre o tratamento a conceder à China nos inquéritos antidumping](#)

O Colégio debateu as implicações políticas, económicas e jurídicas resultantes da chegada a termo, em 11 de dezembro de 2016, de certas disposições do protocolo de adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como as respetivas consequências.

Consulta pública

Juventude, Desporto

[Avaliação da cooperação em política de juventude na UE — Consulta pública](#)

18.07.2016 – 16.10.2016

Energia

[Estabelecimento das listas de prioridades anuais para o desenvolvimento de códigos de rede e orientações para 2017 e anos seguintes](#)

18.07.2016 – 14.10.2016

Ação Clima

[Consulta sobre a monitorização e a comunicação de informações relativas ao consumo de combustível e às emissões de CO2 dos veículos pesados](#)

20.07.2016 – 28.10.2016



CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Ambiente

[Uma melhor qualidade do ar para os cidadãos europeus: passam a ter força de lei os limites de emissão mais rigorosos para os motores de combustão das máquinas móveis não rodoviárias](#)

Em 18 de julho de 2016, o Conselho adotou um regulamento que fixa novos requisitos para a concessão da homologação UE com vista a reduzir as emissões de poluentes dos motores instalados em máquinas móveis não rodoviárias.

Orçamento da UE para 2017

[Orçamento da UE para 2017: Conselho define a sua posição](#)

Em 20 de julho de 2016, o Conselho definiu a sua posição sobre o orçamento da UE para 2017.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Tabaco

[Combater o comércio ilícito de produtos do tabaco exige um esforço global conjunto: UE exorta os parceiros internacionais a assinarem o tratado da ONU contra o contrabando](#)

A UE exortou os parceiros internacionais a assinarem o Protocolo da CQCT, um tratado das Nações Unidas que visa lutar contra o comércio ilícito de produtos do tabaco.

Telecomunicações

[Sítios Web acessíveis e aplicações para todos: Conselho adota pela primeira vez regras à escala da UE](#)

O Conselho adotou uma diretiva sobre a acessibilidade dos sítios Web e das aplicações móveis do setor público.

 **BANCO CENTRAL EUROPEU**

[Resultados do inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito na área do euro realizado em julho de 2016](#)

[Situação financeira consolidada do Eurosistema em 15 de julho de 2016](#)

[Declaração introdutória à conferência de imprensa](#)

[Decisões de política monetária](#)

[Decisões tomadas pelo Conselho do BCE \(para além das decisões sobre as taxas de juro\)](#)

[Contrafação de notas de euro diminuiu no primeiro semestre de 2016](#)



 FUNDAÇÃO
PLMJ

JORGE DIAS (detalhe)

Trabalhos Antigos, Novos Projectos, 2004

Aguarela, insectos em arame, linhas e colagem sobre papel

(3) 90 x 120 cm

Obra da Coleção CPLP da Fundação PLMJ

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 21 DE JULHO DE 2016

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Regulamentação da organização e funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT), coordenada pela Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna. Com esta regulamentação sublinha-se o renovado empenho do Estado Português na prevenção e combate ao Terrorismo, garantindo-se assim uma eficaz coordenação e partilha de informações no âmbito do combate ao terrorismo; a coordenação dos planos de execução das ações previstas na Estratégia Nacional de combate ao terrorismo e, na cooperação internacional, a articulação e coordenação entre os pontos de contacto para as diversas áreas de intervenção em matéria de Terrorismo. O Decreto Regulamentar ora aprovado reitera o compromisso português na luta contra o terrorismo como um dos pilares essenciais da segurança nacional, para o qual se deverão agilizar procedimentos, suprimir sobreposições e redundâncias e assim garantir maior eficiência e eficácia na cooperação, coordenação e articulação entre as forças e serviços que integram a UCAT.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011